



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680992 - SP (2021/0224028-0)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : ADEMIR ANTONIO CASTANHEIRA JUNIOR  
**ADVOGADO** : ADEMIR ANTONIO CASTANHEIRA JUNIOR - SP230140  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : HENRIQUE ARAUJO PEREIRA (PRESO)  
**CORRÉU** : MATEUS HENRIQUE BERNARDES LIMA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HENRIQUE ARAUJO PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 2119227-18.2021.8.26.0000 ).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico. O *habeas corpus* impetrado no Tribunal de origem, que visava a revogação da prisão preventiva do paciente, foi denegado. Contra tal acórdão sobreveio a presente ordem.

O impetrante sustenta que a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente carece de fundamentação idônea e que não estão presentes os requisitos que autorizam a prisão cautelar. Alega, ainda, que a manutenção do paciente em estabelecimento prisional aumenta sua chance de contaminação pelo novo coronavírus.

Requer, em pedido liminar e no mérito, seja revogada a prisão preventiva do paciente com ou sem a imposição de medidas cautelares nos termos do art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente